



Por uma virada epistêmica nos Estudos Para a Paz (EPP)

Ferreira, Marcos Alan S. V.; Maschieto, Roberta Holanda; Kuhlmann, Paulo Roberto L. (orgs.) (2019) *Estudos para a Paz: conceitos e debates*. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 523 p.

A obra, organizada por três dos pesquisadores vanguardistas da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS), é muito bem-vinda por suprir a lacuna da inexistência de um livro no estilo de manual, escrito em português, sobre estudos de paz, que por se tratar de disciplina mais consolidada nos Estados Unidos e na Europa, dispõe de material publicado, predominantemente, em língua inglesa. O problema do idioma não deve ser considerado como de menor grandeza, já que a exiguidade de publicações em língua portuguesa e/ou em espanhol reflete

a incipiente produção autêntica de reflexões sobre a violência no Brasil, na América Latina ou onde quer que se reproduzam ideias deslocadas daquelas realidades. O mesmo poderia ser dito sobre a África de língua portuguesa. Assim, um primeiro ponto forte a ser destacado é que a coletânea se coloca na fileira das narrativas não-hegemônicas sobre conflitos.

Não menos importante é o fato de constituir um instrumento de fomento, entre leitores da língua portuguesa, do interesse pelos debates sobre a paz; antes não provocado por dificuldades idiomáticas. O exposto se torna

ainda mais simbólico se concebemos: 1. o empoderamento epistêmico necessário para que comunidades pensem seus principais problemas de violência a partir de um saber autêntico, apropriado para refletir proposições emancipatórias; 2. a melhor distribuição do conhecimento acerca das problemáticas da paz, provendo uma justiça cognitiva mais qualitativa. Ou seja, trazer visões de transformação social para o idioma nato dos organizadores é algo que está em completa sintonia com propostas de promoção de maior igualdade.

O livro se divide em dezesseis capítulos, distribuídos em 523 páginas, dentre os quais, a introdução figura não como mera contextualização da coletânea, mas como extensa e profunda revisão de bibliografia, conceitos, eixos teóricos e metodológicos, em perspectiva dialógica e intertextual, dos *Peace Studies*. A introdução franqueia conhecimento acerca do histórico dos debates sobre paz, em perspectiva mundial, sugerindo o pioneirismo do norueguês Johan Galtung, na abordagem multinível das causas da violência – o que, por sua vez, convoca uma guinada metodológica de caráter transdisciplinar. Ali se descreve a trajetória da institucionalização dos Estudos para

a Paz (EPP), termo a que os organizadores aderem, como versão ao *Peace Studies*, pelos motivos aqui justificados: por se mostrar não-estatocentrista, crítico à paz liberal, afeito a uma objetividade científica independente da separação entre o sujeito e objeto – por isso antipositivista; e adepto da concepção de indissociabilidade entre o idealismo pacifista do pesquisador e a abertura para que ele se integre com a figura do ativista – chamado na coletânea de *practioner*, o que faz, em suma, com que os EPP abracem também a normatividade. Nas palavras dos autores, trata-se de uma disciplina voltada à “transformação social, no sentido de promover um mundo mais pacífico” (p. 25) e que não se exime da necessidade de conexão com a prática, da ação transformadora. Apesar da presente alusão, apenas dois capítulos deixam transparecer o perfil mais ativista dos autores: “Arte e construção da Paz” e “Educação e Paz”, respectivamente. A despeito do esforço em defender a transdisciplinaridade, o que se nota na estruturação do livro em capítulos que se engajam com discussões da pedagogia, da antropologia e dos estudos da religião, em sua maioria, os capítulos são escritos por doutores e professores das Relações Internacionais.

Contribuem com o livro vinte pesquisadores, provenientes de Portugal, Moçambique e de diversas regiões do Brasil, o que atribui significativa representatividade geopolítica, bem como heterogeneidades desejáveis aos Estudos para a Paz. O livro oferece louvável balanceamento de gênero e põe em evidência pesquisadoras mulheres, muito embora também fosse bem-vindo, pela temática abarcada, que a representatividade interseccional fosse considerada, com a inclusão de autores de outras minorias, especialmente negros e indígenas. Além disso, faltou uma discussão sobre a relação entre racismo e violência estrutural, problema caro para realidades do Brasil e da América Latina sobre os quais a noção de raça impôs diferenciações normalizadoras de violências históricas. Entendemos que a coletânea divide-se em dois blocos gerais: um mais informativo e crítico sobre abordagens teóricas e possibilidades metodológicas – compreendido pelos quatro primeiros capítulos; e outro mais explanatório, que aborda as agendas de pesquisa mais exploradas por estudiosos e *practioners*: movimentos pela paz, missões de paz, desarmamento, terrorismo, narcotráfico, segurança humana, justiça restaurativa, identidade e religião,

gênero e feminismos, educação para a paz. Entretanto, o capítulo dezesseis reabre o debate metodológico, sem, necessariamente, promover uma costura entre as abordagens das quais os mais diferentes autores lançaram mão para analisar os distintos problemas de conflito e violência.

Os organizadores reivindicam o *status* de campo disciplinar próprio para os EPP, por compreenderem, com base em Krishnan (2009), que os mesmos possuem um objeto de estudo específico, um corpo de conhecimento especializado acumulado, um conjunto teórico e conceitual particular, uma terminologia específica e associada ao seu objeto de estudo e um desenvolvimento institucional representado por associações científicas, pós-graduações, periódicos, cátedras, institutos e redes. Todavia, mesmo que dentre os conceitos centrais elencados pelos organizadores da coletânea figurem os de “paz positiva” e “violência estrutural”, alguns dos capítulos não conseguem escapar do “cessar fogos” e do pós-cessar fogos como objeto de análise, o que pode ser analisado tanto sob o ponto de vista da dificuldade para que os estudos de paz superem uma lógica hegemônica, e ainda não tenham sido testados

quanto a uma guinada epistêmica efetiva, ao mesmo tempo em que nos conscientiza acerca da importância dos organizadores abarcarem diferentes abordagens para propiciarem ao leitor um debate honesto e transparente, entre correntes tradicionais e não-tradicionais. Ou seja, ainda que vários capítulos não tenham sido fiéis à guinada crítica enunciada, também se compreende como característico das posturas transformativas de conflitos o reconhecer de diferentes vozes.

Uma das justificativas sobre a importância da obra se debruça sobre o paradoxo constituído pelo fato de a América Latina, especialmente o Cone Sul, ser historicamente reputada como zona de paz por vertentes liberais e construtivistas das Relações Internacionais, em razão da baixa incidência de guerras interestatais, e contar, no entanto, com altos índices de violência de natureza endêmica. No passado, a violência estatal agravou-se com a ascensão de regimes burocráticos-autoritários que fomentaram a brutalidade militar e policial e o desrespeito aos direitos humanos. Cenário que se reproduz no momento contemporâneo, marcado por altos níveis de violência policial e emprego interno dos militares em diversos países,

e agravado pelo encarceramento em massa e empoderamento das organizações criminosas. Embora a América Latina tenha sido representada no livro por um capítulo bastante robusto, escrito por Thiago Rodrigues, talvez as causas da violência na região merecessem maior espaço, bem como o merecessem maior representatividade de pesquisadores e pesquisadoras latino-americanos (as).

Os quatro primeiros capítulos estão conectados entre si e confluem com o objetivo de apresentação de um manual, uma vez que os autores exaurem a literatura e apontam caminhos teóricos e metodológicos para pesquisa de paz. De fato, são capítulos altamente recomendáveis como instrumento didático para uso em disciplinas e para a formação de novos pesquisadores. Dando sequência à introdução, Marcos Alan Ferreira analisa os antecedentes e o desenvolvimento da disciplina EPP como caudatária da evolução da ideia de paz no segundo capítulo. Por meio de rica discussão bibliográfica, são explorados os legados da religião do Ocidente tanto na institucionalização e na legitimação da guerra, bem como na inspiração de uma moral voltada pensar a paz. Ressaltando a contribuição

de Mohandas Gandhi e de outros “filósofos da paz”, e de diferentes movimentos espiritualistas que inspiraram a concepção da não-violência como modelo de resistência, o autor chega aos pressupostos contemporâneos da paz. A análise se contrasta com a evolução do Estado e do sistema internacional, até chegar à concepção de paz como ausência da violência em suas dimensões direta, cultural e estrutural, discutindo, por fim, as definições de paz positiva e paz negativa. O capítulo desperta o interesse no aprofundamento sobre a apropriação crítica que Galtung fez daquelas ideias religiosas e do processo de filtro histórico para construção de preceitos acadêmicos, uma vez que aquela relação não se encontra explícita.

O terceiro capítulo, de Roberta Maschietto, traz importante contribuição ao entregar para o estudioso da paz um mapeamento dos índices globais sobre paz, mostrando como acessá-los e o que cada um pode oferecer em termos de respostas a problemas de pesquisa. A autora denuncia o fato de os índices e bases de dados usados nas pesquisas sobre paz serem, em sua maioria, construídos a partir de referenciais ainda ligados à concepção de paz negativa, ou

seja da ausência de conflitos, o que nos convida a debater a possibilidade de criação de índices que correspondam à medição da paz positiva. A necessidade de construção de referenciais a partir de dados informados por atores locais é sugerida por Maschietto como complementar àqueles construídos de cima para baixo. Uma contribuição ainda mais rica poderia ter vindo da indicação, pela autora, de referências bibliográficas, seguidas por breves discussões, elucidando autores, modelos e temas de pesquisa que já se utilizaram de modo bem-sucedido ou de modo limitado, daqueles índices. O capítulo aguça o interesse pela construção de bases de dados e índices, voltados à paz positiva, a partir de variáveis e indicadores específicos aos problemas do Brasil.

Catarina Bezerra e Paulo Kuhlmann retomam contribuições de Gandhi e de Gene Sharp para definição conceitual da não-violência e realizam um exitoso esforço de diferenciação entre movimentos para a paz, sociedade civil e movimentos sociais. O capítulo ainda apresenta dois exemplos de movimentos pela paz – o dos Estudantes por uma Sociedade Democrática, criado nos EUA na década de 1960

para fazer frente à guerra no Vietnã e à corrida nuclear, e o das Mulheres de Wajir, no Quênia; mas o faz de modo muito breve. Talvez seu potencial norteador de futuras pesquisas pudesse ser amplificado ou pela escolha de um modelo comparativo de um número maior de movimentos pela paz ou de um único caso analisado com maior profundidade.

O ordenamento dos capítulos seguintes não deixou clara a funcionalidade do manual, já que se entremeiam debates teórico-metodológicos, estudos de caso e crítica a protocolos internacionais, sem organização clara em termos de temática, categoria de análise ou linha teórica, sendo que alguns capítulos tampouco privilegiam especificamente a abordagem crítica dos EPP, embora abordem problemáticas de segurança internacional a partir de propostas alternativas, o que, por sua vez, não ofusca a qualidade dos capítulos quando de uma análise individual. Por exemplo, no capítulo 5, Camila Braga e Vanessa Matijascic fazem um histórico das Operações de Paz (OP) da ONU, dividindo-as em três momentos e apontando os antecedentes às mudanças recentes. O capítulo reforça a advertência de que características

diversas das distintas fases das operações de paz não podem ser localizadas, de modo simplista, entre o durante e o depois da Guerra Fria. Trata-se de uma leitura atenta da atuação da ONU que propõe instigantes inflexões, todavia, que ressalta a importância do institucionalismo para por fim à violência direta e iniciar a construção das bases de uma paz positiva. O capítulo é muito bem fundamentado em documentos da organização e a escrita é clara e didática, promovendo um ensinamento vigoroso também do arcabouço conceitual, normativo e operacional, assim como os caminhos processuais de uma operação de paz.

Sua localização, no conjunto da obra, promove uma quebra de continuidade às discussões de caráter teórico e metodológico; no entanto, estabelece um profícuo diálogo com o capítulo escrito por Áureo Toledo e Ramon Blanco, que apresenta uma tipologia dos estudos críticos sobre construção da paz, salutar para indicar caminhos teóricos mais apropriados a responder determinadas perguntas de pesquisa. Em suma, enquanto as autoras se preocupam em analisar histórica e criticamente as posturas institucionais e apresentam novos enquadramentos temporais e

contextuais da evolução das OP, Toledo e Blanco explicitam diferentes abordagens críticas aos processos de construção de paz que podem se encaixar em três vertentes: as críticas reformistas, as críticas estruturais e a virada local. Por meio da excelente análise dos autores sobre aquelas correntes, é possível localizar que o capítulo de Matijascic e Braga está mais próximo do que eles chamam de crítica reformista, ou seja, não desafia especificamente “o projeto intelectual e político da paz liberal” (p.196), mas questiona sua execução, bem como pondera sobre o descompasso entre “o fim almejado pelas OP e os meios para alcançá-los” (p.197). Dentre as críticas estruturais resenhadas pelos autores, seguramente têm destaque as temáticas da relação entre corrupção e missões de paz; a vilanização do subdesenvolvimento; a relação entre políticas liberais e biopoder; além de diversos outros aspectos da governança das missões de paz (incluindo níveis locais e globais). A paz híbrida aparece como um meio-termo que não desconsidera a importância da ajuda externa, mas que tampouco menospreza tradições, culturas, ferramentas e agências locais, raciocínio que também é reputado pelo capítulo anterior.

O capítulo 7 volta a contemplar uma análise institucionalista, já que Elias Martinez aborda o tema do desarmamento, controle e não proliferação dos armamentos nucleares, concatenando as abordagens de paz negativa, do pacifismo ativo instrumental e da eficácia das instituições e regimes, embora a última seja pouco mobilizada ao longo do texto, assim como não se esclarece quais são as abordagens sobre regimes privilegiadas pela análise, o que é importante, sobretudo porque não é consensual no debate teórico que regimes existam só por meio de instituições positivadas. A eficácia dos regimes termina sendo analisada por meio de textos bibliográficos que exemplificam momentos bem-sucedidos e momentos limitantes, o que é relevante em termos de balanço histórico.

Os capítulos 8 e 9 criticam o paradigma liberal de paz, sobretudo quando aplicado a conflitos transnacionais como é o caso do narcotráfico e do terrorismo. O capítulo de Fernando Brancoli oferece um entendimento amplo e profundo sobre o surgimento de evolução do Estado Islâmico (EI), podendo se conectar com o capítulo 12, por discorrer sobre a centralidade da religião no engajamento de homens, mulheres e

crianças ao EI, assim como com os capítulos 11 e 15, por abordar a importância da literatura especializada em negociação com terroristas, visando transformação de conflitos e salvaguarda do apoio humanitário da população envolvida. Voltando à relação entre os capítulos 8 e 9, chama atenção de ambos os autores a conveniência de manutenção, tanto de grupos terroristas, como da “guerra contra o tráfico”, como instrumentos de manutenção de poder. Ambos os capítulos expõem de modo convergente problemáticas que envolvem a marginalização e a punição do outro sem considerar o aspecto humano ali gritante. O capítulo 8 o faz pela abordagem dos Estudos Críticos de Terrorismo, enquanto o 9, escrito por Thiago Rodrigues, a partir da lente Foucaultiana sobre biopolítica, explora os efeitos colaterais do proibicionismo e da criminalização no recrudescimento de uma “guerra contra as drogas” que, na realidade é uma guerra contra os pobres, e cuja violência letal não enxerga fim.

O capítulo 10, de Daniela Nascimento, embora use de conceitos de violência estrutural e paz positiva para enfatizar a importância do humano nas concepções de segurança, põe

ênfase sobre como organizações internacionais incorporaram em suas cúpulas e seus documentos os desdobramentos daquele debate, não deixando, portanto, de contemplar também uma análise institucionalista. Trata-se de um capítulo que se conecta de modo efêmero com o capítulo anterior, quando passeia pelo tema da pobreza e da desigualdade social e quando discorre sobre a transformação do conceito de desenvolvimento humano, mas diferente do capítulo 9 que critica com veemências as abordagens *top down*, o capítulo de Daniela Nascimento demonstra otimismo com as transformações ocorridas no seio das instituições quanto à preocupação daquelas com o aspecto mais humano da segurança. Neste sentido, o capítulo de Nascimento também provê complementariedade ao capítulo cinco, sobre operações de paz.

O capítulo 11, escrito por Irãe Lundin, reintroduz o debate sobre cultura e identidade para a transformação dos conflitos, brindando-nos com uma preciosa narrativa sobre a importância dos rituais comunitários no assentamento de uma reconciliação pós-conflito em Moçambique. Partindo de abordagem antropológica e da justiça restitutiva como méto-

do de transformação de conflitos, a autora defende que a paz não pode ser apenas uma decisão dos líderes, mas deve partir de um pacto que envolva toda a sociedade e que integre “eus” individuais e “eus” coletivos. Junto com Silvia Nogueira, Marcos Alan Ferreira volta a abordar a influência da religião, no capítulo 12, ressaltando, mais uma vez, o tênue limiar da religião enquanto promotora de paz ou de conflitos, com oferta de exemplos históricos de movimentos do Ocidente e do Oriente, promotores ora de tensão, ora de apaziguamento e/ou ajuda humanitária. O capítulo chama atenção para a necessidade de olhar para a guerra como parte da vida social, superando o conhecido contraponto de John Keegan a Clausewitz e a já muito criticada tese de Huntington sobre o choque de civilizações, mas preservando a centralidade na cultura e nas identidades, particularmente porque não é possível pacificar sem considerar as cosmologias conflitantes. A discussão é original e muito bem-vinda e se tornaria ainda mais provocadora se ofertasse exemplos de agendas de pesquisa para os iniciantes da jornada acadêmica.

O capítulo 13, de Silvia Roque e Rita Santos enceta competen-

te e minuciosa distinção entre análises feministas e análises de gênero dos estudos para a paz, demarcando a incompatibilidade de combinar estatocentrismo com feminismo, ou como estudar gênero e não dar voz às subalternidades. Para além de fornecer um guia com opções de abordagens teóricas, o capítulo discute também uma metodologia feminista dos estudos das relações internacionais, motivo pelo que, talvez, merecesse estar localizado na primeira parte do livro. Não obstante a originalidade de um feminismo voltado para a paz ou de uma paz feminista, seria muito alvissareiro ter acesso aos feminismos indígenas, quilombolas, feminismos do centro e da periferia, e até mesmo aos feminismos revolucionários.

No capítulo 14, Paulo Kuhlmann, Luís Eduardo Ramos e Suerda de Araújo, destacam-se na promoção da transdisciplinariedade ao abordarem a relação entre a arte e a paz, a partir de um resgate crítico das contribuições de Paulo Freire e Augusto Boal, os quais anunciam as potencialidades da educação e do teatro para promover a emancipação. Ao longo do capítulo, os autores argumentam que a arte pode ser mobilizada como uma

“estratégia aliada” (p. 468) na construção da paz, seja antes, durante ou depois da irrupção de conflitos violentos. Os autores também apresentam um valioso relato da ação de extensão *Projeto Universidade em Ação (PUA)*, que evidencia as possibilidades de atuação no nível micro, com interconexão entre universidade e comunidade, com vistas à transformação da realidade local. Como se enquadra na categoria de pesquisa-ação, o capítulo suscita interesse pelo conhecimento de análises posteriores sobre os reflexos do PUA na redução da violência nas comunidades contempladas.

Privilegiando a transdisciplinariedade e, ao mesmo tempo, dialogando com as propostas de diálogos entre as subjetividades individuais e coletivas já aparecidas entre outros capítulos, Martha Rabbani, no capítulo 15, ressalta o papel da comunicação na transformação do conflito. Considerando o conflito como “nossa resposta à tentativa de tomar atalhos na validação de nossas verdades” (p. 512), a autora enfoca a necessidade da capacidade comunicativa do educador, como um caminho para deixar vir à tona a identidade do educando, o que torna em nível micro que o conflito

seja menos provável, já que ele é uma manifestação da “luta pelo reconhecimento”. O texto é fluido e provocador, mas traz pouca contribuição bibliográfica.

No último capítulo, Roberta Holanda Maschietto, Fábio Nobre e Silvia Garcia Nogueira retomam a discussão epistêmica e metodológica, reiterando o caráter normativo dos EPP, a influência de perspectivas críticas, a transdisciplinaridade e a busca de conexão entre teoria e ação. Os autores também discutem os desafios metodológicos enfrentados pelos pesquisadores que se debruçam em entender e transformar os conflitos a partir dos EPP e ressaltam as potencialidades da pesquisa-ação e da etnografia como métodos qualitativos. O capítulo é fluido e didático, porém não amarra as reflexões propostas ao longo do livro, não cumprindo o papel de concluir a obra, ainda que as discussões metodológicas fossem passíveis de diálogo com os capítulos “Reconciliação e Justiça” e “Arte e construção da paz”, respectivamente.

Tendo exposto a composição da obra e já deixados os devidos elogios quanto à magnitude da contribuição, também é necessário contrapor que a obra

teria ainda melhores efeitos didáticos e se caracterizaria mais precisamente como manual, se tivesse atentado para as rupturas ocasionadas por textos ou temas que terminam interrompendo o diálogo entre o texto anterior e o posterior, a exemplo das alternâncias entre abordagens *bottom up* e abordagens *topdown*, notadamente as mais institucionalistas. Ou seja, a divisão e o ordenamento dos capítulos poderia ter ocorrido em função de categorias mais claras que permitissem a qualquer leitor identificar escolas, correntes de pensamento com métodos de abordagem. De qualquer forma, quando considerados de forma individual, todos os capítulos são de excelente qualidade, promovem reflexões profundas e contribuem para a consolidação do Estudos para a Paz no Brasil.

Apesar da relevância e amplitude dos temas trabalhados, algumas agendas de pesquisa que merecem ser exploradas não foram incluídas, como a da relação entre violência estrutural, desigualdade social e racismo – o que sugere a desejabilidade de um segundo volume. Por fim, todo o colocado não retira o mérito da coletânea, a qual merece ser lida e recomendada a quem esteja iniciando e a quem já iniciou as

pesquisas sobre paz. Sem dúvida, os organizadores abriram o caminho, iluminaram e demarcaram de modo generoso as trilhas e os atalhos que se encontram a espera de novos aventureiros.

Érica C. A. Winand e
Lívia Peres Milani

